



# **Organizar a luta contra o desemprego e os ataques a nossos direitos**

 Fomos noticiados que dezenas e dezenas de professoras e professores, que tinham sido chamados para assumir aulas de PEB I na diretoria de Mauá, não o conseguiram fazer, porque foram barrados no momento de tomar posse dos cargos, por não corresponderem os cursos e pontos, presentes em sua autodeclaração para a lista de classificação, com a base de dados da Secretaria de Educação.

A inscrição para o “Banco de Talentos” ocorreu no recesso do final de ano passado. Milhares se inscreveram e preencheram sua autodeclaração, do mesmo modo que fazem, ano após ano. São recorrentes os erros cometidos no momento de preencher a autodeclaração que habilita as professoras e os professores à classificação. Mas, sempre lhes foi garantido o direito de recurso, que lhes permitiam corrigi-los, enquanto se lhes garantia sua permanência nas aulas atribuídas.

Porém, o governo decidiu desta vez impedir que professoras e professores usufruam desse direito. Quando as professoras e professores se apresentaram nas escolas, e foram impossibilitados de assumirem as aulas atribuídas, se acharam para fora das escolas e, agora, estão desempregados.

É uma medida do governo, fazer das inscrições virtuais e das listas de classificação um instrumento do desemprego. Seu objetivo é a redução de custos da força de trabalho – aumentando ao mesmo tempo a carga horária de trabalho dos que estão empregados, garantindo mais subsídios a empresas privadas, e mais recursos para pagar dívida pública. O mesmo objetivo está por trás do corte do orçamento da educação, de 30% para 25%. A municipalização de escolas estaduais é também parte desse plano.

A punição manejada pelo governo contra os erros cometidos na autodeclaração, barrando as professoras e professores de assumirem as aulas atribuídas, sem qualquer direito de recurso, demonstra que a política de demissões do governo continua desgraçando a categoria. Repete-se o que já sofremos no começo deste ano, quando dezenas de milhares perderam seus empregos pelos concursos.

O resultado prático dessa política para os trabalhadores e a educação pública são visíveis: a) redução da quantidade de professores e funcionários de escola, b) aumento da exploração, com maior quantidade de trabalho e menores salários, c) terceirização e d) fechamento de escolas e salas.

A Corrente Sindical Marxista G.L. responsabiliza o governo por essa situação, que afeta milhares de professoras e professores. Mas, também responsabiliza a direção sindical, por se adaptar à política de desemprego do governo, via concursos e lista de classificação.

A defesa dos empregos e dos salários não pode ser realizada dentro do quadro das medidas implementadas pelo governo. E os recursos judiciais estão sendo barrados, precisamente, porque a demissão via concursos e inscrições virtuais é uma política de arrocho e destruição do ensino público.

A categoria tem de se mobilizar, em defesa de: 1) emprego a todos por meio da imediata estabilização sem concurso, 2) fim das PEIs e imediata abertura de salas em quantidade suficiente para garantir a atribuição de aulas a todos, 3) implementação imediata de 25 alunos por sala, defendendo o direito ao emprego a todos, aplicando a distribuição de todas as salas entre todos os trabalhadores, sem reduzir salários. Isto exige das direções e coordenações de subsedes que não se subordinam às medidas do governo que convoquem as bases para darem uma luta conjunta e unificada pela aprovação de: 4) um plano de reivindicações que unifique efetivos e contratados, discutidas e deliberadas junto à base, 5) imediata convocatória de plenárias e de uma assembleia geral presencial, para romper com o imobilismo e o divisionismo da categoria imposta pela direção, 6) a aprovação de uma greve unitária e radicalizada para impor essas reivindicações e nossos direitos. •I